

Cultura “indígena” e sustentabilidade: alguns desafios*

Dominique Tilkin Gallois**

Resumo: Considera-se a “sustentabilidade” como uma meta, um objetivo, não uma política pública. Se existir alguma política de sustentabilidade, esta só pode ser uma política indígena. Formular uma política pública de “sustentabilidade indígena” nos levaria necessariamente a sérias contradições. No campo indigenista, as políticas públicas estão atualmente voltadas ao atendimento de demandas emergentes, praticando-se um assistencialismo que já demonstrou que é e continua sendo o principal causador da ruptura na sustentabilidade do modo de vida indígena. Por este motivo, prefere-se, neste texto, falar em sustentabilidade como meta, como também se considera a autonomia indígena como uma meta. O presente texto propõe que se deveria discutir mais detalhadamente como, nos projetos supostamente voltados à sustentabilidade indígena, equaciona-se todo o sistema de produção, distribuição e consumo, considerando a importância e o valor atribuído pelos grupos indígenas à lógica da troca, ao dar e receber. Tudo indica que, em muitos casos, a “cultura de projetos” tenha incentivado a transformação dessa lógica numa equação muito mais simples: receber apoio através de projetos sem meta precisa que não a elaboração do projeto seguinte.

Palavras-chave: Sustentabilidade; cultura indígena; políticas públicas.

Abstract: “Sustainability” is considered as an aim and an objective, not as a public strategy. If there is a strategy for sustainability, it can only be an indigenous strategy. To formulate a public strategy of “indigenous sustainability” would necessarily lead to serious contradictions. In the field of indigenous affairs, public strategies are at the moment veered towards taking care of emerging demands and the practice of social assistance which has already shown itself to be and continues to be the main cause of the breakdown of sustainability in the indigenous way of life. For this reason, preference is given in this text to addressing sustainability as an aim, together with indigenous autonomy as an aim. The text in hand proposes that the subject should be discussed in detail as in the proposals supposedly veered towards indigenous sustainability. This discussion should seek to see how to equate the whole system of production, distribution and consumption, taking into consideration the importance and value attributed by the indigenous groups to the logic of barter, the giving and receiving. Everything indicates, in many cases, that

* Texto apresentado no Seminário “Políticas públicas em terras indígenas de Mato Grosso do Sul”, nos dias 3 a 6 de maio de 2005. Campo Grande/MS.

** Núcleo de História Indígena e do Indigenismo-NHII/USP & Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena - Iepé (dogallois@superig.com.br)

the “culture of projects” has incentivated the transformation of this logic into a much simpler equation: receive aid from projects without aims needs nothing more than the elaboration of the next project.

Key words: Sustainability; indigenous culture; public strategies.

Como evidencia a programação deste Seminário, é impressionante a multiplicação recente de projetos voltados à questão indígena. No Brasil, de norte a sul, programas de estudo ou de intervenção investem em ações destinadas às populações indígenas, enunciando as bandeiras da “sustentabilidade” e da valorização cultural.

Tais programas, como todos sabem, são dos mais diversos e contraditórios. É, também significativa a construção e o refinamento de textos legais e dos instrumentos normativos nacionais e internacionais, que visam a proteger os conhecimentos indígenas. No entanto, como menos pessoas sabem, continua persistindo, no Brasil, uma distância considerável entre os excelentes dispositivos legais existentes e a prática cotidiana nas aldeias. Ali, a maior parte dos agentes assistenciais continua tendo baixa capacitação no lidar com a diversidade cultural e social dessas populações. Domina ainda a idéia de que a condição de índio é transitória e que se devem “modernizar” os seus modos de vida e de pensar, especialmente no que diz respeito a suas formas de produção econômica, tantas vezes qualificadas como “economias da miséria”.

As palestras que se sucederam neste Seminário mostraram a imensa dificuldade de as políticas públicas contribuírem para a sustentabilidade dos modos de vida indígenas. Por esta razão, questiono se é viável pensar em políticas públicas de sustentabilidade. Considero a “sustentabilidade” como uma meta e um objetivo, não uma política pública. Se existir alguma política de sustentabilidade, ela só pode ser uma política indígena. Formular uma política pública de “sustentabilidade indígena” nos levaria necessariamente a sérias contradições. No campo indigenista, as políticas públicas estão atualmente voltadas ao atendimento de demandas emergentes, praticando-se um assistencialismo que já demonstrou e continua sendo o principal causador da ruptura na sustentabilidade dos modos de vida indígenas. Por este motivo, prefiro falar em sustentabilidade como meta, como também considero a autonomia indígena como uma meta. Pois autonomia não é algo que existe pronto, em algum formato genérico e geral: é um objetivo, um plano para o futuro. Colocado dessa forma, podemos pensar em políticas indígenas de consolidação de metas de sustentabilidade.

Se ainda existem no Brasil mais de 210 grupos indígenas, nem todos conseguem manter a indispensável valorização interna de padrões pró-

prios de qualidade de vida. Transformaram-se drasticamente os conhecimentos que sustentavam tal qualidade de vida, mesmo se alimentaram ao longo de milênios formas particulares de conhecer e se relacionar ao meio social e ambiental. Todos conhecemos os impactos da exclusão cultural, a que vêm sendo submetidos esses grupos, assim como o preconceito ainda enraizado no olhar e no tratamento que os índios recebem no país. Do mesmo modo, formas de manejo de recursos naturais e diversificados modos de criar conhecimento técnico se vêem restritos ao registro de algo revoluto, porque “tradicional”, diante da presença maciça de tecnologias ocidentais. O que sobra, em muitos casos, são fragmentos de saberes que caem em desuso, ou estão sendo destinadas a outros usos, decorrentes da inserção dos índios nas economias de mercado e nas redes globalizadas de relações.

Os grupos indígenas com os quais tive oportunidade de trabalhar – na região do Amapá e norte do Pará – ainda estão em situação privilegiada, mas em constante desequilíbrio, podendo ruir nas próximas gerações, se não forem mantidas as condições indispensáveis para a significação e a transmissão de seus patrimônios culturais. Apesar das grandes extensões de terra em que vivem, na região do norte amazônico, com o reduzido número de pessoas mais idosas e com o desinteresse cada vez maior dos adolescentes pelos padrões éticos, estéticos e religiosos tradicionais, corre-se o risco de se perder, em poucos anos, com a morte inevitável dos velhos, os pontos de referência cultural que hoje todos eles sentem a necessidade de preservar, para enfatizar sua diferença, argumentar demandas políticas etc.

Precisamos, nesse quadro, indagar as experiências de “promoção cultural indígena” que estão se multiplicando em algumas partes do país. Quais serão seus impactos? Na prática, multiplicam-se atividades ditas de “resgate cultural”, centradas na produção de discos, documentários, livros etc., destinados ao público externo e cuja venda é revertida às comunidades. Se esse tipo de produção cultural garante a visibilidade de seus realizadores e das próprias comunidades, nem sempre repercute internamente na valorização das manifestações culturais, especialmente quando produzidas sem a participação direta dos índios. Para que sejam desenvolvidas e assumidas como “bens próprios” pelas comunidades indígenas, as diferentes etapas de um processo de conscientização e valorização de expressões e práticas culturais são necessariamente mais complexas, lentas e delicadas.

Minha questão, aqui, é que enquanto se multiplicam iniciativas de “resgate”, recuam perigosamente as alternativas que visam incrementar um efetivo conhecimento a respeito das formas de organização, dos conhecimentos e práticas indígenas. Além disso, o uso das noções de

“cultura”, “tradição”, “ancestralidade” acaba esvaziada de qualquer sentido preciso. Apesar dos esforços de várias agências e especialmente da Unesco, ainda pairam muitas dúvidas sobre a distinção entre tipos de patrimônios, materiais e imateriais. Todas essas noções estão, nos últimos dez anos, gerando discursos variados, praticamente tão desgastados quanto os de “desenvolvimento sustentável” (cf. Ribeiro, 1991).

Antropólogos e lingüistas dirão que “saberes tradicionais” só têm vitalidade quando continuam sendo transmitidos, em acordo com contextos, formas de enunciação e transmissão próprias a cada uma dessas sociedades. O que vai para o mercado seria, então, um outro tipo de produto? Uma cultura “com aspas”, como evidencia Manuela Carneiro da Cunha (2000). Produtos esses que são extremamente interessantes e revelam os “novos culturalismos”, tão bem analisados por Sahlins (1997). Resultam de esforços e de experiências de objetivação cultural extremamente dinâmicas, que não devem ser desqualificados em nome de uma suposta perda de “autenticidade”, conceito abolido há muito tempo na Antropologia. Mas é também evidente que tais produtos apresentam seus próprios riscos. Riscos que as comunidades indígenas conhecem bem, pois a ênfase na produção de objetos culturais para o mercado, muitas vezes resulta na difusão de uma safra de “coisas de índio”, empobrecidas ou mixadas num amálgama identificado como “cultura indígena”. Sua difusão ampla nos mercados gera distorções e imagens em que, muitas vezes, os índios não se reconhecem.

Esse ponto nos leva a um segundo questionamento, que gostaria de fazer aqui, a respeito dos critérios de sustentabilidade a serem considerados em projetos indígenas (ou indigenistas). Proponho que sejam discutidos os critérios que remetem às práticas que sustentam – ou sustentaram – as experiências de sustentabilidade, reconhecidas e controladas pelas populações indígenas. Logo veremos que – ao contrário do que propõem a maioria dos “projetos” – essas práticas dizem menos respeito à produção de coisas (bens, conhecimentos, etc...) que à sua rede de circulação. Um critério importante seria distinguir entre projetos que visam lançar “coisas indígenas” no mercado e outros que priorizam o fortalecimento de redes de troca e intercâmbio, entre indivíduos, famílias, aldeias, grupos. O que se deveria discutir mais detalhadamente é como, nos projetos supostamente voltados à sustentabilidade indígena, equaciona-se todo o sistema de produção, distribuição e consumo, considerando a importância e o valor atribuído pelos grupos indígenas à lógica da troca, ao dar e receber. Tudo indica que, em muitos casos, a “cultura de projetos” tenha incentivado a transformação dessa lógica numa equação muito

mais simples: receber apoio por meio de projetos sem meta precisa que não a elaboração do projeto seguinte. É bem conhecida de todos a incapacidade da maior parte dos projetos em restringir a espiral de demandas continuadas: um projeto disponibiliza um veículo mas dois anos depois é preciso outro projeto para trocar o pneus, e assim por diante. Essas dificuldades explicam, apenas em parte, o fracasso de muitos projetos em alcançar metas de sustentabilidade. O principal problema, no meu entender, é a dificuldade de se articular a rede de relações sociais concretas, ou seja, a dificuldade de equacionar os “coletivos indígenas” a quem se destinam as ações. A maior parte dos projetos governamentais continuam se destinando a coletivos amplos e genéricos, do tipo “a etnia” ou “a comunidade X e Y”, dificultando sua apropriação pelos índios, por não considerar as instâncias efetivas de tomada de decisão, que são mais complexas e delicadas de serem identificadas. Pois existem várias maneiras de produzir e distribuir, extremamente sofisticadas e que precisam ser conhecidas. Reconhecer o destino de excedentes, seu uso em redes de relações sociais e políticas, o modo como os produtos fortalecem alianças políticas, etc.. é indispensável para consolidar tais redes de trocas. Quando se consolidam alianças políticas, entre famílias, entre comunidades, entre moradores de certas terras indígenas, não se trocam apenas produtos, se trocam conhecimentos, experiências, alternativas de futuro. O que é menos importante nessas trocas é o valor da coisa trocada. O importante é a relação, é o fortalecimento dessa rede, e em muitos lugares o que é rompido com as políticas públicas, é justamente essa rede de troca, que encerra os mais importantes valores culturais e sociais, além das instâncias de poder que não são suficientemente reconhecidas.

É nesse contexto que argumento a necessidade de discutirmos “novas práticas” nas políticas públicas. Poderiam ser embasadas em dois princípios:

- o primeiro é admitirmos que conhecer é o primeiro passo para dimensionar a capacidade de sustentação de formas de organização social e política, sistemas de produção, consumo e troca, padrões locais de sustentabilidade;
- o segundo, que decorre do primeiro, é verificar como podemos ajudar as comunidades e garantir que suas formas de organização, produção e troca sejam dinamicamente enriquecidas em experiências controladas pelas próprias comunidades.

Essas metas não são fáceis de serem alcançadas. É um fato que, “nas aldeias”, o acesso aos saberes tradicionais que embasam esses sistemas de relações sociais e econômicas se tornou cada vez mais restrito,

dadas as profundas transformações nos modos e ritmos da vida cotidiana, nas condições adequadas à possibilidade de transmitir experiências e conhecimentos.

O desafio que essas comunidades estão enfrentando é como garantir sua participação ativa nos programas de valorização cultural, no controle das iniciativas de difusão externa. Para isso, precisam e desejam receber “capacitação” e é nesse contexto que surgem, nas aldeias, os novos “especialistas”: professores indígenas bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais indígenas, novas lideranças, representantes de organizações indígenas, etc. Sua intensa participação na cena política, entretanto, não significa que estejam em condições de assumir todos os processos de valorização de conhecimentos “em casa”, nem que possam se responsabilizar de forma autônoma pela produção, registro e difusão de elementos de seus patrimônios culturais e de suas experiências históricas de convívio com seus diferenciados entornos.

É preciso considerar as imensas dificuldades que os líderes tradicionais e, de forma geral, a faixa de população mais idosa, encontram para continuar transmitindo, nas formas de enunciação que eles ainda perpetuam e em acordo com parâmetros estéticos tradicionais, todo o conjunto de conhecimentos e valores que desejam passar às novas gerações. Jovens que estão hoje mais interessadas em se apropriar de modos de ser da população não indígena, especialmente se não encontram, como perspectiva de futuro, a possibilidade de fortalecimento social, político e econômico na vivência de suas próprias formas de pensar e viver.

O que fazer? Ter como meta em todas as instituições de pesquisa, de difusão e de ensino, a colaboração efetiva com os índios através da implantação de um conjunto articulado de atividades de formação e de divulgação que possa ser assumido pelas comunidades que devem ser habilitadas a realizar levantamentos, diagnósticos de sua situação local, em acordo com suas próprias prioridades. Para algumas comunidades, o interesse é recuperar conhecimentos e práticas em desuso, para outras a prioridade é aprender novas formas de produção, organização etc. Considero viáveis ações educativas que tenham como meta consolidar o interesse dos mais velhos perpetuar e transmitir seus saberes e experiências às gerações mais jovens. Isso não precisa ser feito na escola, muito embora envolva também o espaço da escola, como um local para a reflexão acerca do que seja “cultura”, “futuro”, etc.

Nada podemos inferir sobre o futuro dessas experiências que, felizmente, se multiplicam em várias partes do país. O que já sabemos, no entanto, é que qualquer produção cultural voltada exclusivamente ao mercado, ou demasiadamente controlada por programas do tipo “res-

gate”, invariavelmente tende a enrijecer-se, o que sem dúvida favorece seu mais rápido esquecimento.

O que se fortaleceu, nos últimos anos, é o movimento indígena, a capacidade de organização dos índios e, nesse sentido, volto ao ponto indicado no início: será importante evitar voltar para trás, atribuindo às políticas públicas e ao Estado a responsabilidade de implantar políticas de sustentabilidade em terras indígenas. O que parece mais urgente, como tentei demonstrar aqui, é fortalecer a capacidade dos índios, de suas comunidades e organizações representativas, em desenhar e gerir projetos. Projetos que só poderão alcançar metas de sustentabilidade quando forem apropriados e implementados no âmbito de redes de relações locais. Onde “locais” não significa “autárquicas” pois, como se disse antes, a lógica da produção indígena implica sempre no dar e receber, na troca. O fortalecimento dessas experiências indígenas exige o empoderamento de sua capacidade de gerir as transformações em seus modos de vida e em suas formas de articulação aos contextos regionais tão variáveis. Esta é, provavelmente, a dinâmica mais enriquecedora da política de sustentabilidade que todos almejamos ver construída em aldeias indígenas.

Referências

CARNEIRO DA CUNHA, M. M.; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Culture in politics: intellectual rights of indigenous and local people*. IX Congres d’Antropologia FAEE. Barcelona, 2000.

Ribeiro, G. L. 1991. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*. v. 34, 1991.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana*. 3/1 e 3/2, 1997. (partes 1 e 2)

Recebido em 17 de agosto de 2005.

Aprovado para publicação em 05 de setembro de 2005.

